



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

O ?clima de abertura? como modulador sentimental da transição da ditadura militar (1974-1985)

Autoria: Paulo Rodrigues Gajanigo (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O período de transição da ditadura militar (1974-1985) foi um longo processo centralizado e marcado por medidas reticentes de liberalização. Seu marco inicial foi a redução, após a chegada de Geisel à presidência, da censura da mídia, tendo como consequência um lento alargamento da esfera pública. Nesta comunicação, trataremos de como esse processo de alargamento da esfera pública foi realizado com a tentativa de controlá-la por meio do estabelecimento de um novo clima político. Com base na pesquisa sobre as evocações de um ?clima de abertura? em jornais de grande circulação tanto por parte do governo como da oposição, argumentamos sobre a relevância que a configuração de um clima do debate político teve para a construção de uma transição lenta, gradual e controlada. Apontamos para a consideração do aspecto afetivo e ambiental dos estudos sobre esfera pública, discussão que se apoia tanto no recente campo de estudos que tem tomado as noções de humor e atmosfera (mood studies) como objetos de pesquisa das ciências sociais



quanto nas críticas que apontam para o aspecto excludente do conceito de esfera pública habermasiano. A constituição de um clima, para o governo, serviu como espaço de educação afetiva com o objetivo de que, ao final da transição a considerada radicalidade dos movimentos sociais e partidos políticos se reduzisse. Nesse sentido, entendemos ?clima? ou ?atmosfera? da esfera pública como elemento importante para pensar acesso e marginalização dos sujeitos políticos pela imposição de barreiras sentimentais, bem como para compreender dispositivos e mecanismos antidemocráticos internos à esfera pública.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: